

# Deputado mineiro é empreiteiro desde 87

BELO HORIZONTE — O deputado José Geraldo Ribeiro, um dos sete anões do Orçamento, e o empresário Elos Noli, vice-presidente da Tratex — empreiteira acusada de pagar propina a deputados para que incluíssem obras de seu interesse no Orçamento — são sócios na empresa Engebrás desde 1987. A sociedade com Elos Noli foi constituída através de uma firma do deputado, a RLMG S.A. Participação e Empreendimentos, que adquiriu 20% da Engebrás em 1987. O empresário possui 40% da empresa e o restante pertence a Carlos Alberto da Silva Fonseca, que exerce o cargo de diretor.

Nos últimos dias, a Engebrás tem aparecido no noticiário co-

mo uma das empresas beneficiadas com verbas públicas. Em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, a empresa foi responsável pela construção do trecho de um quilômetro da Avenida do Canal — obra cuja licitação, descobriu-se depois, foi irregular. Na região de Jequeri, terra natal do deputado José Geraldo Ribeiro, três rodovias foram pavimentadas pela Engebrás com verbas estaduais.

A ligação entre Elos Noli, da Tratex, e o deputado José Geraldo Ribeiro vem desde meados da década de 70, quando este último foi diretor da Tratex por três anos.

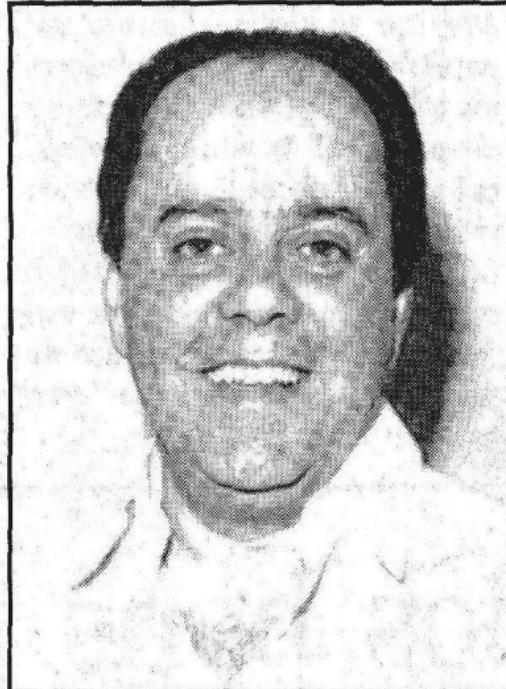
— Desde então somos muito amigos e na hora que nós, da Tratex, precisávamos de recursos para uma obra já contratada, procurávamos o deputado. Não vejo nada demais nisso — disse Elos Noli.

Além da Engebrás, o deputado é dono também da Engesolo, empresa de engenharia acusada de várias irregularidades ao longo da década de 80. Uma delas aconteceu em 1985: a Engesolo possuía uma linha telefônica instalada dentro do prédio da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), órgão da Prefeitura de Belo Horizonte responsável pelas obras públicas. No catálogo telefônico da época, até o nome da Engesolo aparece

no mesmo endereço da Sudecap, como se fosse um departamento daquele órgão.

Outra suspeita de irregularidade contra a Engesolo é a implantação do trólebus em Belo Horizonte. Em 1986, José Geraldo, então secretário de Assuntos Especiais da Prefeitura, usou sua influência para promover a assinatura de um contrato com a Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana (Metrobel) para a implantação do projeto do trólebus. O Tribunal de Contas do Estado, que até hoje examina o contrato, já verificou que há sinais de irregularidade como superfaturamento e falta de licitação.

27-10-91



Deputado José Geraldo Ribeiro